

Conceitos Básicos sobre o Trabalho

Marise Nogueira Ramos

Introdução

Este texto aborda o 'trabalho', experiência estruturante de nossas vidas, sobre a qual certamente temos muito o que contar. Mas quantos de nós paramos para pensar sobre o que é o trabalho? Ou, por que trabalhamos? Ou, ainda, refletimos se haveria outras formas de organizarmos nosso cotidiano? Por que encaramos o trabalho como obrigação? E por que temos que dispor tanto tempo para o trabalho e tão pouco para o lazer e o descanso?

Se não fazemos essas perguntas freqüentemente, esperamos que este texto nos provoque a fazê-las, quiçá, a respondê-las. Isto porque vamos analisar, primeiramente, que essa forma que o trabalho assume de obrigação, de imposição, às vezes, de sacrifício, é contraditória com o potencial de criação, de satisfação e de produção que o ser humano possui e que se realiza pelo trabalho. De fato, o ser humano é um ser de necessidades, pois ele precisa produzir sua própria vida. Como diria o professor Frigotto (2005), somente se nós nos transformássemos em 'anjos' é que poderíamos parar de trabalhar, pois não há como suprimos nossas necessidades, desde as mais básicas, vindas do corpo (a fome, o frio, a proteção etc.), até as necessidades do espírito (o desejo, o prazer e a estética, por exemplo), se não produzirmos os meios para fazê-lo. Mas a superação de necessidades potencializa também a liberdade, pois quando satisfazemos uma necessidade, libertamo-nos dela e conquistamos condições para realizarmos outras coisas. Ou seja, o ser humano é um ser de necessidades, mas é superando-as que conquistamos a liberdade. E é pelo trabalho que esse movimento de passagem da necessidade para a liberdade acontece.

Quando falamos de liberdade, não falamos do tempo de lazer que nos é reservado, normalmente, nos fins de semana, após uma jornada semanal de trabalho. Este não é um tempo de liberdade. É um tempo imposto e determinado por outrem. Sob esse tipo de relação nós não temos autonomia nem produzimos para satisfazer diretamente nossas necessidades e, assim, conquistamos tempo de liberdade. Produzimos para satisfazer as necessidades de outras pessoas, que não têm, para nós, rosto, nome ou história. Isto é, não nos iden-

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

tificamos com ela. O que queremos dizer é que, na sociedade gerida pelo capital, trabalhamos para satisfazer as 'necessidades' do capitalista, qual seja, a de gerar lucro e de apropriar-se do produto de nosso trabalho para acumular riqueza. Nossas necessidades ficam reduzidas aos bens e serviços que nos mantêm vivos e em condições de trabalhar, os quais temos que comprar na forma de mercadorias com o nosso salário.

O descanso, o programa com a família, uma distração com o cinema, o futebol ou o passeio também acabam sendo meios exclusivamente voltados para nos manter vivos como força de trabalho, já que ninguém conseguiria, física e psicologicamente, trabalhar seguidamente sem esses intervalos. Somente devido à nossa capacidade criativa e de transformar nossas experiências em oportunidades interessantes, prazerosas e virtuosas, é que nos identificamos positivamente com esses momentos. Mas eles não representam, ainda, tempo real de liberdade, posto que não nos pertence. Este tempo pertence, na verdade, àqueles que nos pagam por ele. O tempo realmente de liberdade dos trabalhadores é, ainda, uma utopia a ser atingida pela reapropriação de todos os meios e capacidades de produzirmos diretamente nossa existência e deixarmos de subordiná-la a outrem.

Com a crise do emprego, o tempo que acaba nos sendo imposto não é o da obrigação do trabalho ou o do lazer programado, mas o tempo de miséria, de angústia, de desespero. Nessas condições, nós, trabalhadores, nos vemos privados até mesmo de vender a nossa força de trabalho e podermos receber um salário para adquirir os bens básicos que nos mantêm vivos. Este tempo só 'cinicamente', pode ser chamado de 'tempo livre', ou de 'ócio'.

Enfim, é com a finalidade de enfrentarmos essas contradições que estudaremos esse texto. Pretendemos que os esclarecimentos aqui apresentados nos forneçam elementos que nos ajudem a compreender porque vivemos o tempo de angústia produzido pela ameaça ou pela experiência do desemprego, se a humanidade chegou a um estágio de produção de tantas maravilhas científicas e tecnológicas, que possibilitariam que todos nós trabalhássemos menos, e, assim, se reduzisse o tempo de necessidade aumentando o tempo de liberdade.

Vamos estudar, então, os conceitos básicos sobre o trabalho. Veremos 'a dupla face do trabalho', no sentido de ser inerente à vida humana – dimensão ontológica –, mas de apresentar-se em formas diferentes ao longo da história, e sob o capitalismo, como tempo explorado. Analisaremos o 'trabalho concre-

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

to', quando nos reconhecemos no produto de nosso trabalho e o 'trabalho abstrato', quando, ao contrário, somos alienados desse produto. A partir disto, situaremos a gênese do 'trabalho assalariado'. Vamos procurar entender também como a 'divisão do trabalho' adquire especificidades no sistema capitalista, separando 'trabalho intelectual' e 'trabalho manual' e reduzindo a 'complexidade do trabalho' a 'trabalho simples'. Esses fenômenos têm implicações históricas sobre o significado e as finalidades de formação dos trabalhadores, e a isto dedicaremos algumas reflexões. Finalmente, perguntaremos se o 'trabalho em saúde' pode ser reduzido à mercadoria, o que quer dizer se ele é 'produtivo' ou 'improdutivo' para o capital. Concluiremos o texto apresentando o desafio de resgatar o sentido do trabalho em saúde como produtor de vidas humanas em sua plenitude, e não somente como produtor de mercadorias, resgatando, desse modo, o sentido ontológico do trabalho em saúde.

A Dupla Determinação do Trabalho: ontológica e histórica

Consultando no dicionário o verbete 'trabalho', escrito por Liedke (1997: 268), encontraremos, inicialmente, a seguinte abordagem: "como categoria abstrata, o trabalho pode ser entendido, estritamente, como esforço físico ou mecânico, como energia despendida por seres humanos, animais, máquinas ou mesmo objetos movidos por força da inércia".

Notemos que o trabalho, nessa definição, aparece como esforço realizado ou energia despendida por humanos e não-humanos. De fato, por vezes falamos em 'colocar a máquina para trabalhar' ou pensamos em abelhas e formigas, naturalizando idéias de que elas, ao construírem suas casas, ou ao transportarem seus alimentos, estão 'trabalhando'.

A descrição do verbete busca avançar em relação à primeira definição quando afirma que "a energia colocada em movimento (o trabalho) tem por resultado a transformação dos elementos em estado de natureza ou, ainda, a produção, manutenção e modificação de bens ou serviços, necessários à sobrevivência humana" (Liedke, 1997: 268). Assim, só poderia ser considerado trabalho o dispêndio de energia cujas finalidades são humanas. Neste caso, abelhas e formigas não 'trabalhariam', porque o resultado de seus esforços não se destina ao ser humano (ainda que este possa se apropriar do mel produzido pelas abelhas). Mas um cavalo, ao puxar uma carroça, trabalha? Para dirimir

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

essa dúvida definitivamente seria melhor perguntarmos: algum desses animais 'planeja' despende esforços para a satisfação de suas necessidades? A resposta é óbvia: não!

Notemos, ainda, a afirmação de que o trabalho tem como resultado – e poderíamos dizer, a finalidade – a 'transformação' do objeto, do meio, ou da situação a ele submetido. O processo de satisfação de necessidades humanas, condição necessária para que a vida humana se reproduza, é, então, um processo de transformação. Transformação essa, primeiramente, da própria natureza – que se torna cada vez mais 'humanizada' – e do próprio ser humano.

George Lukács nos ajuda a compreender a especificidade do trabalho como base do pensamento e da atividade humana quando afirma:

para que possa nascer o trabalho, enquanto base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser, é indispensável um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica (...). A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é resultado que no início do processo existia 'já na representação do trabalhador', isto é, de modo ideal. (Lukács, 1978: 4-5)

Com essas afirmações o autor nos quer dizer: a) o trabalho transforma, ao mesmo tempo, a natureza e aquele que trabalha; b) só existe trabalho quando a ação e o produto da ação são projetados conscientemente por quem trabalha. Essa capacidade é exclusiva aos seres humanos, que são seres sociais. Portanto, o trabalho é inerente à produção da vida humana.

Vejamos o que Karl Marx nos fala sobre o sentido geral do trabalho como produção humana, nos seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844. Diz ele que o ponto de partida é que tanto o homem como o animal, para viverem, dependem de uma base física. Trata-se da natureza 'inorgânica', pois os seres são também natureza: uma natureza 'orgânica'. Uma vez que o homem é mais universal do que o animal, também mais universal é a esfera da natureza inorgânica em que ele vive. No plano físico, o homem vive apenas dos produtos naturais, na forma de alimento, calor, vestuário ou habitação etc. A universalidade do homem aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza o seu corpo inorgânico, primeiro como imediato meio de vida; depois como objeto material e instrumento da sua atividade vital. O homem vive da

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

natureza, com a qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer (Marx, 2001: 116).

O trabalho, a 'atividade vital', a vida produtiva, é o único meio que satisfaz uma necessidade primeira, a de manter a existência física. A vida produtiva do ser humano, então, é, inicialmente, a própria criação da vida. "No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem" (Marx, 2001: 116).

Enquanto o animal não se diferencia de sua atividade vital, o homem faz da atividade vital o objeto de sua vontade e consciência. A vida é para ele um objeto. Por este motivo a sua atividade surge como atividade livre. O animal também produz, por exemplo, ergue um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas etc., mas só produz o que é absolutamente necessário para si ou para os seus filhotes; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente. O animal produz somente sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade; o animal apenas se produz a si, ao passo que o homem reproduz toda natureza; o produto da espécie animal pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem é livre diante do seu produto. O animal constrói apenas segundo o padrão e a necessidade da espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie e sabe como aplicar o padrão apropriado ao objeto; assim, o homem constrói também em acordo com as leis da beleza.

Desse modo, o trabalho em geral e o seu produto – como trabalho passado, objetivado – são criadores de riqueza e produtores de vida humana em qualquer tempo ou lugar, o que equivale dizer que o trabalho humano tem uma determinação ontológica.¹

Marx, entretanto, insiste na determinação também histórica da natureza do trabalho:

até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históri-

¹ Ontologia quer dizer o conhecimento do ser enquanto ser, considerado em si mesmo, independentemente do modo pelo qual se manifesta.

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

cas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas (...). O desenvolvimento histórico repousa em geral sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como etapas que levam a seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isso em condições bem determinadas – concebe-os sempre sob um aspecto unitateral. (Marx, 1988: 120)

Explicitamos, então, a dupla determinação do trabalho: ontológica – produção da vida humana independentemente do modo como se manifesta – e histórica, o que quer dizer que, ao longo de sua história, o ser humano organizou relações sociais de produção da vida que proporcionou o surgimento de diferentes formas de trabalho, por exemplo, o trabalho primitivo, o servil, o escravo e o assalariado. Este último é próprio do modo de produção capitalista na moderna sociedade burguesa e entra em crise desde meados do século XX. É sobre a gênese e o desenvolvimento do trabalho assalariado que vamos nos debruçar para compreendermos a diferença entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Analisaremos esta diferença no item a seguir.

Trabalho Concreto e Trabalho Abstrato

Conforme vimos no item anterior, o ser humano precisa trabalhar para viver. Essa idéia parece não representar muita novidade, uma vez que ela faz parte de nosso cotidiano desde crianças. Algumas frases talvez ocupem nossas lembranças: 'quem não trabalha morre de fome'; 'se você não trabalhar vai virar ladrão ou mendigo'. Ocorre que essas 'lições' estão encharcadas de julgamentos morais, por um lado, e vazias de realidade, por outro. Moralmente elas se associam ao mito de que 'o trabalho dignifica o homem'. Na verdade, há que se ver em que condições e sob que relações sociais a dignidade humana é preservada ou mutilada.

Tais afirmações dizem respeito ao emprego como sinônimo do trabalho e acabam ignorando ou menosprezando o significado, por exemplo, do trabalho doméstico, da mãe que cuida do filho, da mulher que limpa a casa, prepara a comida, costura uma roupa. Ouvindo essas afirmações talvez não nos lembremos do homem do campo que ara a terra para plantar o que lhe será a alimentação; da criança que auxilia o pai na plantação. Ou, ainda, do cuidado que tem uma parteira com a grávida ao dar à luz.

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

Provavelmente, o pensamento mais freqüente que nos vem quando pensamos que 'temos de trabalhar para viver' seja o de obter um emprego, de preferência de carteira assinada, ganhar um salário ao final do mês, e, com ele, comprarmos o que precisamos. Pode ser um emprego na indústria, no comércio ou nos serviços. Pode ser em instituições públicas ou privadas. Trabalho, muitas vezes, é considerado sinônimo de emprego. Mas todas as atividades de que falamos até agora são trabalho. Algumas são 'trabalho concreto'; outras, 'trabalho abstrato'. Este último equivale a uma forma histórica do trabalho que aparece na moderna sociedade burguesa quando a produção da existência humana se dá sob o modo capitalista.

Vimos que o trabalho ou as atividades a que as pessoas se dedicam são formas de satisfazer as suas necessidades. Portanto, fazemos comida porque temos fome; costuramos uma camisa para o uso porque precisamos nos vestir; cuidamos das crianças porque elas não podem fazê-lo por si próprias; assistimos a um doente ou a um idoso também porque eles têm necessidades que exigem o cuidado do outro. Um artista, quando pinta um quadro, compõe uma música, toca um instrumento, dança etc., age satisfazendo necessidades emocionais, simbólicas e estéticas. Enfim, necessidades que não são somente do corpo, como as situações anteriores, mas do espírito.

Portanto, o trabalho humano efetiva-se, concretiza-se em coisas, objetos, formas, gestos, palavras, cores, sons, em realizações materiais e espirituais. Em todos os exemplos que demos foram produzidas coisas, formas e gestos etc. para serem usados. Ou seja, o valor dos produtos é determinado exclusivamente por sua utilidade. Dizemos, então, que foram produzidos 'valores de uso'. Também nesses produtos estão a marca, a lembrança, a expressão de nossas necessidades, esforços e habilidades. Nós nos percebemos 'concretamente' no ato e no produto desse tipo de trabalho. Falamos até aqui de 'trabalho concreto'.

Na sociedade capitalista, entretanto, o trabalho contido no produto possui duplo caráter: trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto corresponde à utilidade do produto (valor de uso), à dimensão qualitativa dos diversos trabalhos úteis. Porém, esse produto não se destina apenas à satisfação de necessidades de quem o usará. Ele tem um outro

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

valor, a saber: o valor de troca. E quando assim se constitui deixa de ser exclusivamente produto do trabalho humano para ser 'mercadoria'.

Para tornar-se mercadoria o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para o próprio produtor. Sob que circunstâncias os produtos tomam forma de mercadoria? Isso só ocorre em um modo de produção bem específico, o capitalista. A representação do produto como mercadoria supõe uma divisão de trabalho tão desenvolvida dentro da sociedade, de tal modo que haja a completa separação entre valor de uso e valor de troca.

Como explica Marx (1988: 45-53), a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa (desejo inclui necessidade; é o apetite do espírito e tão natural como a fome do corpo). Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma da sociedade capitalista, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca. Devemos salientar que uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, com o seu produto, satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.

Para que alguém venda mercadorias, tem que possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matéria-prima e instrumentos de trabalho. Precisa, além disso, de meios de subsistência. Se a pessoa não possui os meios de produção, só pode contar com sua força de trabalho. Neste caso, ao invés de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precisa, muito mais, oferecer à venda sua própria força de trabalho – como mercadoria –, que só existe em sua corporalidade viva.

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

Pessoas desprovidas dos meios de produção não existem somente no capitalismo. O servo e o escravo também dispunham de sua força de trabalho produzindo para os seus senhores em troca meios de subsistência. Também a existência do dinheiro não define, em si, esse modo de produção, mas somente que a troca de mercadorias atingiu um certo nível. As formas específicas de dinheiro, que pode ser definido como o equivalente de mercadoria ou meio circulante ou meio de pagamento, tesouro ou dinheiro mundial, apontam, de acordo com a extensão e a predominância relativa de uma ou de outra função, para estágios muito diferentes do processo de produção social.

Já o capital, este só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado. Por isto, o nascimento do capitalismo pressupõe a superação do modo de produção feudal e da escravidão. Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre em um duplo sentido: primeiro, porque ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria; segundo, porque ele não tem outras mercadorias para vender.

O que, portanto, caracteriza a sociedade capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, e que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Entretanto, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho. A partir de então, as relações de produção constituem relações de produção de mercadorias (valores de troca), tendo em vista a acumulação de capital. Mas é preciso salientar: a natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro e de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural, nem tampouco é comum a todos os períodos históricos.

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade, mas, como valores de troca, só podem ser de quantidade diferente. Esta quantidade será a base que se 'paga' pela mercadoria. Essa base corresponde à quantidade de trabalho socialmente necessário para

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

produzir a mercadoria – única propriedade que resta a ela quando se abstrai o valor de uso.

Então, quando um produto do trabalho se transforma em valor de troca, todas as suas qualidades sensoriais se apagam. Deixa de ser mesa, ou casa, ou fio, ou qualquer outra coisa útil. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade igual a trabalho humano, o trabalho humano abstrato.

O 'trabalho abstrato' corresponde ao valor de troca da mercadoria, independentemente das variações das características particulares do trabalho e da pessoa que o produziu. O trabalho abstrato alude ao dispêndio de energia humana, sem considerar as múltiplas formas em que é empregada. É nessa qualidade de trabalho humano abstrato que o trabalho cria valor das mercadorias. Os produtos do trabalho abstrato representam apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, ou seja, o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem, e que ele põem em movimento toda vez que produz valores de qualquer espécie.

Trabalho abstrato e divisão do trabalho

Pelo que vimos até este momento, trabalho abstrato é o trabalho voltado para a produção de mercadorias (valores de troca) e pressupõe um certo tipo de divisão social do trabalho. É isto que vamos examinar.

Marx vale-se de uma nota para explicar a divisão do trabalho, conforme transcrevemos a seguir:

Encontramos nos povos que alcançaram certo grau de civilização três espécies de divisão do trabalho: a primeira, que chamamos de geral, leva à distinção dos produtores em agricultores, manufatores e comerciantes, correspondendo aos três ramos principais do trabalho nacional; a segunda, que se poderia chamar especial, é a divisão de cada ramo de trabalho em espécies (...) a terceira divisão do trabalho, finalmente, que se deveria designar de divisão da operação de trabalho ou divisão do trabalho propriamente dita, é a que se estabe-

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

lece nos ofícios e profissões separados (...) e que se estabelece na maioria das manufaturas e das oficinas. (Marx, 1988: 264)

A divisão do trabalho no todo de uma sociedade existe nas mais diferentes formações socioeconômicas, mesmo nas mais primitivas, o que não é difícil de compreender, posto que comunidades diferentes encontram meios diferentes de produção e meios diferentes de subsistência em seu meio ambiente natural. Seu modo de produção, modo de vida e produtos são, portanto, diferentes. É essa diferença naturalmente desenvolvida que, ao entrar em contato as comunidades, provoca o intercâmbio recíproco dos produtos e, portanto, a transformação progressiva desses produtos em mercadorias. O intercâmbio não cria a diferença entre as esferas de produção, mas as coloca em relação e as transforma assim em ramos mais ou menos interdependentes de uma produção social global. Aqui surge a divisão social do trabalho por meio do intercâmbio entre esferas de produção originalmente diferentes, porém independentes entre si.

Na produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho exige o amadurecimento da divisão social do trabalho até certo grau de desenvolvimento, vindo a se basear na diferenciação dos instrumentos de trabalho e dos ofícios que produzem esses instrumentos. O que caracteriza essencialmente a divisão manufatureira ou técnica do trabalho é que o trabalhador parcial não produz a mercadoria, mas somente uma parte dela que, em si mesma, não tem valor ou utilidade. Por isso, o trabalhador não pode dizer: “isto é meu produto, isto quero para mim” (Marx, 1988: 266, nota 58).

Portanto, somente o produto comum dos trabalhadores parciais transforma-se em mercadoria. A divisão do trabalho no interior da sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho, enquanto a conexão dos trabalhos parciais na manufatura é feita pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista; a divisão social do trabalho, fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias, independentes entre si.

Além disso, a divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence. Com isto, os

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

trabalhadores ficam ligados por toda a vida a uma operação parcial da produção e subordinados incondicionalmente ao capital, como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva. Esse tipo de divisão do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista, que nos permite compreender que o trabalho final condensado na mercadoria é a combinação dos trabalhos parcelares do conjunto dos trabalhadores: o trabalho abstrato.²

Trabalho assalariado e emprego

Vimos que, na sociedade capitalista, o trabalho assume a forma de 'trabalho assalariado', o que significa dizer que a força de trabalho tornou-se mercadoria. Esta mercadoria é a única que pertence originalmente ao trabalhador, a única que este dispõe livremente para vender ao capitalista. Vimos que Marx discute a compra e venda da força de trabalho em *O Capital*, Livro 1, Cap. 1, e demonstra que, para vender sua força de trabalho como mercadoria, o trabalhador deve ser livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Trabalhador e capitalista se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro vendedor, sendo, então, ambas pessoas juridicamente iguais.

O prosseguimento dessa relação exige que o proprietário da força de trabalho só a venda por determinado tempo, pois, se a vende em bloco, de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em um escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria. Como pessoa, ele tem que se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode à medida que ele a coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade.

Como todas as outras mercadorias, a força de trabalho tem um valor. Seu valor é determinado tal como o de toda outra mercadoria, a saber: pelo tempo de trabalho necessário à produção e reprodução desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de

² Lembremos que anteriormente afirmamos que o trabalho concreto é o que cria valor de uso e que a parte da mercadoria produzida pelo trabalhador parcelar não tem utilidade para ele. Isto explica o 'desaparecimento' do trabalho concreto em uma transmutação em trabalho abstrato.

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

trabalho social médio nela objetivado, representado pelo que o trabalhador e sua família precisam para se alimentar, vestir, morar, evitar ou curar doenças etc., posto que a força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo.

Assim, dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário à manutenção do seu possuidor e de seus substitutos, isto é, seus filhos, os quais garantirão a perpetuação da força de trabalho no mercado de mercadorias.

Além dos custos da subsistência básica, o desenvolvimento da força de trabalho para finalidades específicas criadas pelas transformações e avanços da produção, de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, também demanda determinada formação ou educação, que por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Esses custos de aprendizagem, ainda que ínfimos para a força de trabalho comum, entram no âmbito dos valores gastos na sua produção.

Em todos os países com modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra. É assim que se estabelece a relação salarial, sendo o salário o quanto o capitalista paga ao trabalhador por sua força de trabalho. O trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele deixa consumi-la pelo comprador, antes de receber o pagamento de seu preço; por toda parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista. O preço da força de trabalho está fixado contratualmente, ainda que ele só venha a ser realizado depois. A força de trabalho está vendida, ainda que ela só seja paga posteriormente. Esta relação salarial disciplinada por um contrato constitui o emprego.

A Divisão entre Trabalho Intelectual e Trabalho Manual e a Conversão de Trabalho Complexo em Trabalho Simples

A produção de qualquer valor destinado à satisfação das necessidades humanas por meio do trabalho é um processo de apropriação, transformação, criação e recriação da natureza, proporcionando, ao mesmo tempo, a compre-

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

ensão de sua constituição pelo ser humano, bem como das potencialidades e dos limites a serem superados para que ela possa ser apropriada e transformada 'humanamente'. Portanto, além de bens e serviços, o trabalho também produz conhecimentos, que podemos definir como resultados de um processo compreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. Conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos, constituem o processo histórico de produção científica e tecnológica. Ciência e tecnologia são, portanto, forças produtivas.

A origem do trabalho dos agentes comunitários de saúde (ACS) está exatamente nos conhecimentos produzidos pelo trabalho das comunidades, realizado em nível local, voltado para a promoção da saúde e para a prevenção de agravos. Essas ações produziram conhecimentos que contribuíram para os cuidados da saúde dos próprios membros da comunidade.

Os conhecimentos gerados nessas experiências não podem ser considerados, imediatamente, como científicos, posto que não são produtos de um estudo ou de uma investigação realizada com base em um problema e um método formulados com este fim. Tais conhecimentos são, de fato, cotidianos. Isto, porém, não os fazem menos importantes que aqueles produzidos pela ciência. Mas deve-se reconhecer que sua validade pode ser restrita às situações particulares daquela comunidade; por vezes, podem ser incompletos ou mesmo contraditórios com os princípios da ciência. Neste último caso, ou eles provocam um questionamento aos próprios conhecimentos considerados científicos até então, levando a ciência a se colocar novos problemas; ou eles devem ser refutados e, assim, superados por conhecimentos e práticas validadas pela ciência.

Em outras palavras, os conhecimentos produzidos por práticas cotidianas e culturais de uma comunidade, que podem ser chamados também de conhecimentos populares, não têm validade universal, salvo quando legitimados socialmente pela mediação científica. É neste ponto que o trabalho dos ACS adquire significativa relevância. Com afirmação de Nogueira (apud Brasil, 2004: 11), este trabalhador desempenha um papel de mediador social, sendo considerado "um elo entre (...) o conhecimento popular e o conhecimento científico sobre saúde". Para isto, é fundamental que o ACS tenha uma sólida formação geral e

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

profissional que o possibilite reconhecer e compreender as necessidades e as práticas das comunidades, dialogar com seus conhecimentos e, confrontando-os com a ciência, contribuir para a garantia do direito a saúde.

Reconhecendo, então, que o trabalho produz conhecimentos, precisamos analisar o processo histórico e social de apropriação e utilização desses conhecimentos. Nas sociedades pré-capitalistas, em que os produtos e serviços necessários à população eram realizados por trabalhadores autônomos – o artesão e o camponês, por exemplo –, os conhecimentos envolvidos no trabalho eram exigidos e desenvolvidos diretamente por esses trabalhadores. Na produção capitalista, porém, esses conhecimentos passam a ser exigidos apenas pela produção combinada em seu conjunto, separando-se do trabalhador individual, assim como dele se separa o próprio produto e seu valor de uso. Ocorre, então, a divisão entre as esferas do conhecimento e da produção; da ciência e da técnica; da teoria e da prática. Em outras palavras, o trabalho se divide entre ‘trabalho intelectual’ e ‘trabalho manual’. O trabalhador, ao invés de sujeito de conhecimento, de reflexão e imaginação, passa a ser considerado como parte das máquinas:

as potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado, porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social do trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital. (Marx, 1988: 270-271)

De fato, o parcelamento do trabalho em tarefas simples realizadas pelos trabalhadores individuais, relacionados entre si pelo trabalho abstrato, se consolida com essa divisão fundamental entre trabalho intelectual e trabalho manual. Esse parcelamento reduz a complexidade da produção de uma mercadoria ou de um serviço completos – o trabalho complexo – ao conjunto de tarefas simples destinadas a produzir as respectivas partes. Por isto, do trabalhador não são exigidos mais conhecimentos do que aqueles estritamente necessários para realizar operações simples e para proporcionar uma adaptação psicofísica a essa nova forma de dividir o trabalho.

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

O trabalho simples, portanto, é aquele reduzido à indiferença de quem o realiza, já que, para isto, não são exigidos mais do que conhecimentos elementares, como ler, escrever e contar, além de rudimentos técnico-procedimentais para o exercício das tarefas. Já o trabalho mais complexo se realiza por uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cujo valor é mais elevado do que a força de trabalho simples.

Se lembrarmos que o ACS compõe uma equipe multiprofissional formada por um médico, um enfermeiro (profissionais de nível superior) e um auxiliar de enfermagem (profissional que deve ter concluído, pelo menos, o ensino fundamental), veríamos que a divisão do trabalho na sociedade capitalista reservou aos primeiros o domínio dos conhecimentos científicos, proporcionado pelo acesso aos níveis superiores de ensino e ao mundo da ciência. A estes, na maioria das vezes, compete o trabalho intelectual, como, por exemplo, a análise das situações, a realização de diagnóstico, a proposição e/ou a prescrição de soluções, o planejamento e a gestão do trabalho, dentre outras.

Aos auxiliares, por terem uma formação de nível intermediário, competem as tarefas também intermediárias, que compreendem saberes procedimentais e alguns saberes teóricos instrumentais aos procedimentos. Por fim, sob esta lógica, aos ACS competiriam as tarefas mais elementares determinadas por seus superiores.

Esta é uma clássica divisão do trabalho que configura o trabalho abstrato. Por mais que as atividades de alguns trabalhadores sejam mais complexas do que outras, nenhum deles é sujeito pleno da totalidade do processo de trabalho. Este é a soma dos trabalhos 'mais ou menos' simples dos seus trabalhadores. Mesmo o trabalho do médico e do enfermeiro, sendo de caráter intelectual, ao ser submetido a essa divisão, acaba tendo uma complexidade relativa, pois eles não se apropriam do conjunto do trabalho desde a sua concepção até a sua execução.

A complexidade desse processo de trabalho, de fato, só se encontra no produto final, neste caso, "a promoção, a proteção e a recuperação da saúde de indivíduos e famílias, de forma integral e contínua" (Brasil, 2004: 10). Ainda que se logrem os objetivos do Programa da Saúde da Família, os trabalhadores que contribuíram para isto, se submetidos a esta lógica, também não se realizam integralmente como sujeitos. A divisão do trabalho, na verdade, também os divide. A superação disto só pode ocorrer se todos se apropriarem, no plano da

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

consciência e da materialidade das relações de produção, dos objetivos e razões sociais e ético-políticas de suas ações, bem como dos fundamentos científico-tecnológicos que fundamentam a totalidade do processo de trabalho em que estão inseridos, mesmo que, profissionalmente, sejam diretamente responsáveis por determinadas atividades específicas. Este é o horizonte que define o sentido da formação básica e profissional dos ACS. Mas as contradições a serem enfrentadas diante da hegemonia da divisão social e técnica do trabalho são muitas. É o que vamos discutir a seguir.

Implicações da divisão do trabalho para a educação dos trabalhadores

Adam Smith, economista clássico que viveu no século XVIII, reconhecia a necessidade de o Estado oferecer o ensino popular à classe trabalhadora, a fim de evitar a degeneração completa da massa do povo. Mas ele recomendava que esse ensino ocorresse, prudentemente, em doses homeopáticas. O economista justifica a necessidade de educação em função dessa divisão parcelar do trabalho, considerando conveniente que o Estado facilitasse, encorajasse e até mesmo impusesse a quase toda a população a necessidade de aprender aqueles conhecimentos elementares.

Podemos então perceber que a educação da classe trabalhadora, desde o final do século XVIII, já é considerada como fator de racionalização da vida econômica, da produção, do tempo e do ritmo do corpo. Em outras palavras, a educação do trabalhador, no capitalismo, é subsumida à necessidade da reprodução da força de trabalho como mercadoria. A educação de caráter geral, clássico e científico, destinava-se à formação das elites dirigentes e dos que exercerão o trabalho intelectual.

Interessante notar que, considerada exclusivamente do ponto de vista do parcelamento e da simplificação do trabalho, a educação escolar do trabalhador não seria imediatamente necessária, já que as tarefas podiam ser rapidamente aprendidas no próprio posto de trabalho. Mas é a perspectiva de formar os filhos dos trabalhadores, seus futuros substitutos, que incita a instalação de escolas destinadas menos ao ensinamento de técnicas de trabalho e mais à adaptação dessas crianças à rotina e ao ritmo de trabalho com disciplina e docilidade. São as *workhouses* (casas de trabalho), que se converteram em

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

Schools of Industry (escolas da indústria) ou *Colleges for Labour*, surgidas primordialmente na Inglaterra, no século XVIII, que introduziram na cultura ocidental a prática da formação para o trabalho.

O avanço das relações capitalistas de produção levou também à ampliação das finalidades da escola, já que a proliferação da indústria passou a exigir um novo tipo de trabalhador. Já não bastava que este fosse piedoso e resignado (qualidades desenvolvidas pela religião), embora isto continuasse sendo necessário. Era preciso também aceitar trabalhar para outro e fazê-lo nas condições que este outro lhe impusesse. É a educação oferecida desde a infância que formará as crianças (os adultos das gerações seguintes) desde cedo, de acordo com as necessidades da nova ordem capitalista e industrial, as novas relações de produção e os novos processos de trabalho.

Ao mesmo tempo, a tendência de universalização de um conjunto de técnicas básicas entre indústrias de ramos diferentes foi gerando na população a necessidade de dominar uma certa quantidade de conhecimento e de destrezas para desenvolver-se em qualquer trabalho. A aprendizagem, portanto, já não podia ocorrer diretamente ou, exclusivamente, no próprio local de trabalho, voltando-se às escolas, que, aos poucos, passaram a assumir o papel não só de socialização, mas também de transmissão do saber técnico.

As técnicas que compõem um processo produtivo, à medida que se aprimoraram, condensaram-se em alguns ofícios parciais desse mesmo processo e passaram a se constituir como básicas mesmo em indústrias de ramos diferentes. Um novo tipo de saber – menos complexo do ponto de vista do produto acabado, como no caso do artesanato, mas suficiente para garantir ao trabalhador alguma mobilidade entre as diferentes indústrias e mesmo no interior delas – vai-se constituindo e adquire, aos poucos, caráter especializado relacionado ao domínio de um ofício. Isso, além de tudo, permite ao capitalista estabelecer parâmetros mínimos para a definição do perfil do trabalhador necessário na produção.

Assim sendo, o ensino levado a cabo pelas escolas destinadas a formar trabalhadores já não visava somente ao ato de disciplinar, mas conferir ao trabalhador o domínio de um ofício. A formação para o trabalho passou a significar a formação profissional, enquanto as profissões passaram a ser classificadas de acordo com o seu nível de complexidade que, por sua vez, mantém relação com o nível de escolaridade necessário para o desenvolvimento de cada uma delas.

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

A emergência das profissões modernas se constitui, então, em consequência da divisão manufatureira e social do trabalho, hierarquizadas de acordo com os grupos sociais a que se destinam – operários, técnicos, engenheiros, cientistas, e assim por diante. Esse é o ápice da divisão entre trabalho manual e intelectual que se verifica tanto na sociedade quanto no interior da produção.

A política de profissionalização dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), por se instaurar em uma sociedade capitalista – na qual concepções e práticas formativas se centram nos princípios da divisão do trabalho – não conseguirá, de imediato, promover rupturas definitivas com essa hegemonia. Não obstante, alguns preceitos enunciados instigam-nos a pensar que um novo sentido pode ser dado à formação dos trabalhadores da saúde em geral e aos ACS em particular.

O *Referencial Curricular para o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde* (Brasil, 2004: 11 – grifos do original), por exemplo, afirma que a profissionalização desses trabalhadores deve considerar as novas perspectivas delineadas para a educação profissional no Brasil, que apontam para

a elevação da escolaridade e para uma concepção de formação que proporcione *compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.*

Este mesmo documento argumenta que tal concepção de formação caracteriza a necessidade de elevação da escolaridade e dos perfis de desempenho profissional. Compreendemos, neste contexto, que a elevação de escolaridade dos ACS não se limita à satisfação de exigências de requisitos formais para a formação profissional técnica de nível médio. Muito além disto, trata-se de reconhecer a educação básica como um direito de todos os trabalhadores e também como uma condição *sine qua non* para concretizar uma formação que possibilite

o aumento da autonomia intelectual dos trabalhadores, o domínio do conhecimento técnico-científico, a capacidade de auto-planejamento, de gerenciar tempo e espaço de trabalho, de exercitar a criatividade, de trabalhar em equipe, de interagir com o usuários dos serviços, de ter consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho. (Brasil, 2004: 12)

Notemos que essas características, sob a lógica da divisão parcelar do trabalho, nos pareceriam, a princípio, se destinarem não a trabalhadores técnicos que supostamente executariam um tipo de ‘trabalho simples’, predominantemente

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

temente 'manual', mas especialmente a profissionais de nível superior, que exercem o 'trabalho intelectual', este sim considerado, pelo pensamento hegemônico, um 'trabalho complexo'.

Ocorre, porém que, seja devido ao princípios ético-políticos que orientam o SUS,³ seja pelas transformações atuais do mundo do trabalho, a divisão técnica e social do trabalho e a formação que visa simplesmente a ela adequar o trabalhador, historicamente são frontalmente criticadas pela classe trabalhadora por alienar o trabalhador do processo e do produto de seu trabalho. O avanço tecnológico e os novos modelos de gestão do trabalho têm levado, contraditoriamente, o próprio capital a questionar a lógica taylorista-fordista que organiza a divisão parcelar do trabalho e, com ela, a formação restrita, elementar e tecnicista. Abre-se espaço, portanto, para a luta por uma educação básica e profissional de caráter integral de todos os trabalhadores.

A análise do perfil profissional dos ACS nos demonstra que, mesmo se colocando na base da hierarquia profissional definida pela divisão do trabalho em saúde, seu trabalho de modo algum pode ser considerado 'simples'. Como diz o referencial curricular para o curso técnico de ACS, ele atua na interface da assistência social, educação e meio ambiente, "desenvolvendo ações de promoção da saúde, privilegiando o acesso às ações e serviços de informação e promoção social e de proteção e desenvolvimento da cidadania, no âmbito social e da saúde" (Brasil, 2004: 18). Mesmo como membro da equipe da saúde, suas funções transcendem este campo, "na medida em que, para serem realizadas, requerem atenção a múltiplos aspectos das condições de vida da população, situados no âmbito daquilo que se convencionou chamar de ação intersetorial" (Nogueira et al. apud Brasil, 2004: 16).

Essa dimensão intersetorial do trabalho do ACS nos remete à necessidade de este trabalhador compreender a totalidade do processo de trabalho de promoção, prevenção e recuperação da saúde das pessoas. Esta necessidade se confronta fortemente com o pensamento hegemônico que associa o trabalho complexo exclusivamente ao ápice da pirâmide funcional que hierarquiza as funções e os trabalhadores segundo a histórica divisão técnica e social do trabalho e, disto, deduz os respectivos níveis educacionais, na linha que Adam Smith

³ Sobre os princípios do SUS, ver Matta, texto "Os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde", no livro *Políticas de Saúde: a organização e a operacionalização do SUS*, nesta coleção. (N. E.).

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

defendeu ainda no século XIX (ao trabalho simples e manual, níveis educacionais elementares; ao trabalho intelectual e complexo, níveis educacionais avançados). Como não considerar 'complexo' o trabalho do ACS? Como não compreender que, tanto por direito humano quanto por necessidade do processo de trabalho, ao ACS caberia níveis educacionais avançados? Somente em conflito brutal com os princípios do SUS e com o direito à vida poderíamos deixar de defender a escolarização e profissionalização dos ACS.

O Trabalho em Saúde como Mercadoria: trabalho produtivo ou improdutivo

Para refletirmos se a força de trabalho empregada no processo de trabalho em saúde é uma mercadoria tal como a força de trabalho empregada na indústria, temos que, primeiro, compreender o que é o trabalho diretamente produtivo para o capital e o trabalho não diretamente produtivo ou trabalho improdutivo.

Para isto, teremos que visitar o conceito de mais-valia. Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pelo *quantum* de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Assim, conforme vimos, o valor da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à sua produção e reprodução (comer, vestir, morar etc.), que é pago na forma do salário. A mais valia é produzida quando o trabalhador realiza uma jornada maior do que aquela paga pelo capitalista para garantir a produção e a reprodução de sua força de trabalho. Com isto, ele agrega à mercadoria um valor maior do que aquele correspondente ao valor pago pela sua força de trabalho. É essa a diferença que gera a mais-valia; ou seja, a mais-valia é extraída do trabalho realizado não pago.

A esta mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho, Marx (1989: 237) chama de mais-valia 'absoluta'. Não obstante, revoluções técnicas e sociais do processo de trabalho aumentam a força produtiva, reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria. Com isto, reduz-se também o valor da força de trabalho. Esse tipo de mais-valia, a qual Marx chama de 'relativa', não decorre do aumento da jornada de trabalho, mas sim do aumento da capacidade de trabalho não pago.

Dessa análise, podemos concluir que o produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia. Então, somente é produtivo para o capital aquele

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital. Em outras palavras, só é produtivo para o capital o trabalhador que possua capacidade de trabalho diretamente produtor de mais-valia.

Marx (1969: 109-110) esclarece ainda que, do ponto de vista do processo de trabalho em geral, é trabalho produtivo aquele que se realiza em um produto, mais concretamente em uma mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital o que produz mais-valia. Trata-se, portanto, de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento da sua 'autovalorização', como meio para a produção de mais-valia.

Como vimos, quando analisamos o trabalho abstrato, o agente real do processo de trabalho capitalista não é o trabalhador individual, mas sim o trabalhador coletivo – massa de trabalhadores da qual o trabalhador individual é somente um elo. Sendo assim, são diversas forças de trabalho que se articulam e participam diferentemente no processo produtivo em seu conjunto. Alguns assumem mais o manejo técnico de ferramentas; outros elaboram o projeto do que deve se produzido; outros supervisionam a produção; outros a dirigem etc. De fato, são cada vez em maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de 'trabalho produtivo', diretamente explorados pelo capital e 'subordinados' em geral em seu processo de valorização e de produção. Por isto, Marx nos diz que, se consideramos o 'trabalhador coletivo', a sua atividade combinada realiza-se materialmente e de maneira direta em um produto total que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias, sendo absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Importa é que a atividade desta capacidade de trabalho coletivo promove diretamente a valorização do capital.

Existem, porém, várias atividades que não promovem tal valorização diretamente. É o caso dos serviços. Quando se compra o trabalho para o consumir como 'serviço' e não para colocá-lo no processo capitalista de produção, o trabalho não é 'produtivo' e o trabalhador assalariado não é trabalhador 'produtivo'. O seu trabalho é consumido por causa do seu 'valor de uso' e não como trabalho que gera 'valores de troca'.

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

Neste ponto, as situações citadas por Marx são expressivas dessa diferença. Diz ele:

uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutivo. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro é uma trabalhadora produtiva, pois *produz* diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo. (Marx, 1969: 115 – grifo do autor)

A conclusão sobre se os serviços são ou não são produtivos para o capital é a seguinte: os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores, embora possam ser explorados de maneira diretamente 'capitalista'. É o caso, por exemplo, dos trabalhadores de saúde vinculados a instituições privadas. Este tipo de trabalho é produtivo porque produz diretamente capital para o proprietário da instituição, porém tem uma especificidade diferente da força de trabalho empregada na produção industrial posto que o produto do trabalho não se separa do trabalhador como as outras mercadorias que podem ser consumidas independentemente dele. Se esses trabalhadores se vinculam a instituições públicas, financiadas pelo Estado e, portanto, por um fundo público, esse trabalho não produz capital. É, portanto, um trabalho improdutivo.

Esta análise demonstra que, por mais que a privatização dos serviços de saúde submeta o processo de trabalho à mesma lógica capitalista, a atenção e o cuidado em saúde não podem se transformar em mercadorias diretamente valorizáveis para o capital, a não ser no estrito limite de que esse trabalho atua também na reprodução da força de trabalho e, portanto, influencia no seu valor. Esta é uma das razões, a propósito, pela qual os serviços de saúde tendem a ser públicos ou providos diretamente pelos empregadores, fornecendo aos trabalhadores, por exemplo, planos de saúde. O custo pela manutenção da saúde do trabalhador destinado à reprodução de sua força de trabalho, desta maneira, ao invés de ser ressarcido diretamente ao trabalhador no montante de seu salário, é pago indiretamente por meio dos sistemas públicos ou planos privados de saúde. Isto é um exemplo do que chamamos de 'salário indireto', e, se reconhecidos como direitos sociais, são assumidos pelo Estado. A contradição de considerar a

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

saúde como direito ou como mercadoria está no cerne da concepção e do modelo de Estado: se de direito ou se neoliberal. Este, porém, é um assunto a ser abordado em outro texto.⁴

Trabalho Prescrito e Trabalho Real

Vimos que a divisão do trabalho no capitalismo transcende a dimensão social para se realizar no interior da produção. Na verdade, a possibilidade de extração de mais-valia relativa tem relação direta com a forma como se divide e se organiza o trabalho na produção, no sentido de aumentar a força produtiva e reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria. O sistema de organização do trabalho mais elaborado nesse sentido foi o taylorismo. Ele se baseia na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração.

Um dos princípios básicos do taylorismo é a separação programada entre concepção e planejamento das tarefas de execução. Para isto, o administrador expropria o máximo do saber do trabalhador, reordenando-o a fim de atender às necessidades de acumulação do capital. As iniciativas e o trabalho intelectual são banidos das oficinas e centrados na administração superior. A esse princípio se soma a intensificação da divisão do trabalho, proporcionada pelos estudos de Taylor⁵ dos tempos e movimentos do trabalho. Esse princípio corresponde à decomposição do trabalho em parcelas elementares e simplificadas mediante as quais se desenvolvem maneiras mais rápidas e eficientes de executá-las. Neste caso, cada tarefa corresponde a um posto de trabalho ao qual se adapta um trabalhador considerado adequado para ocupá-lo. O terceiro princípio do taylorismo corresponde ao controle permanente dos tempos e movimentos de trabalho, com o objetivo de eliminar os 'tempos mortos' ou a 'porosidade' da jornada de trabalho e, assim, tornar sua execução mais produtiva.

Henry-Ford empregou os princípios tayloristas em sua fábrica "Ford Motor Co.", em 1913, introduzindo inovações técnicas e organizacionais baseadas

⁴ Sobre os modelos de Estado, ver Pereira e Linhares, texto "O Estado e as políticas sociais no capitalismo", no livro *Sociedade, Estado e Direito à Saúde*, nesta coleção. (N. E.).

⁵ Friedrich Taylor (1856-1915) foi um engenheiro norte-americano que desenvolveu os princípios de racionalização produtivista do trabalho. A obra principal de Taylor, publicada em 1911, chama-se *Princípios da Administração Científica*.

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

na linha de montagem. A linha da montagem evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém um fluxo contínuo e progressivo das operações, proporcionando eficiência para produzir em massa.

Os princípios tayloristas-fordistas foram aplicados de tal maneira generalizada e intensiva, que configuraram o modelo explicativo de acumulação do capital no período compreendido desde o final da Primeira Guerra Mundial até meados dos anos de 1970. O trabalho baseado nesse modelo tornou-se extremamente repetitivo, parcelado e monótono, sendo sua velocidade e ritmo estabelecidos independentemente do trabalhador, que o executa através de um rígido controle e disciplina. Ao trabalhador cabe, então, somente seguir o protocolo de trabalho, executando suas funções exatamente como são prescritas, sem qualquer autonomia para propor ou realizar qualquer tipo de alteração nessa prescrição.

Estudos sobre o trabalho indicaram, porém, que, mesmo sob forte controle, o trabalhador interage com seu objeto de trabalho exercendo sempre algum nível de criatividade em face do trabalho prescrito. Essa interação, normalmente, tende a aprimorar a qualidade e a eficiência do trabalho. Dela podem advir alterações provenientes da capacidade analítica e crítica do trabalhador em relação ao protocolo de trabalho, e, por vezes, tais alterações servem para gerar tempos ociosos dos quais o trabalhador tira certa vantagem, desde que essas alterações não sejam incorporadas no protocolo. Isto comprova que, por mais que a gestão do trabalho se baseie na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, há sempre uma dimensão intelectual em todo trabalho, pelo simples fato de a consciência ser uma característica humana.

Os saberes que os trabalhadores constroem e mobilizam nessa interação com o seu objeto de trabalho, promovendo alterações sobre o que estava prescrito e, desta forma, aprimorando o processo de trabalho e facilitando também seus procedimentos, são chamados de 'saberes tácitos'. Esse nome se deve ao fato de tais saberes serem exclusivos dos trabalhadores e não se explicitarem em nenhum protocolo. Ao contrário, eles ficam 'guardados' ou 'silenciados' com quem os detém, inclusive como forma de preservar uma relativa autonomia que a gestão taylorista-fordista visa reduzir completamente. Os saberes tácitos são o que diferencia um trabalhador de outro, mesmo que esses tenham que seguir o mesmo protocolo de trabalho. Por isto, eles servem também ao trabalhador como um 'trunfo' nas relações de trabalho, com vistas à sua pre-

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

servação e a do seu emprego. O trabalho real, assim, corresponde ao trabalho prescrito modificado pelos saberes tácitos dos trabalhadores.

O reconhecimento dos saberes tácitos pela gestão do trabalho tem gerado mudanças organizacionais que visam fazer com que esses saberes sejam explicitados e, assim, incorporados aos protocolos de trabalho. Esse investimento tende, por um lado, a conferir maiores níveis de autonomia ao trabalhador, mas, por outro, a expropriar os trabalhadores de seus saberes tácitos.

O processo de valorização dos saberes tácitos dos trabalhadores adquire maior relevância quando a rigidez da divisão técnica e do controle do trabalho sob os moldes tayloristas-fordistas vai dando lugar a processos flexíveis de produção. Nesses processos são enfatizadas as capacidades de os trabalhadores enfrentarem, com autonomia e responsabilidade, situações imprevistas ou eventos.

Os eventos podem ser entendidos como aquilo que ocorre de maneira particularmente imprevista, surpreendente, vindo perturbar o desenvolvimento normal do sistema de produção. Podem ser compreendidos também como questões inéditas postas pelo ambiente e que mobilizam as atividades de inovação. Trabalhar flexivelmente implicaria, então, atentar vigiantemente a esses eventos, em torno dos quais se recolocariam as intervenções humanas mais complexas e mais essenciais.

A noção de eventos sustenta a noção de competência na gestão do trabalho, que não poderia ser fechada nas pré-definições de tarefas a efetuar no posto de trabalho, ou depender do trabalho prescrito, principalmente porque a competência pertence essencialmente ao indivíduo. A competência deveria, face a um evento, ser automobilizada pelo indivíduo na situação concreta.

Uma organização preparada para gerir eventos modifica-se conforme as seguintes características: exigiria uma parte de iniciativa do próprio indivíduo, independentemente dos prescritores ou da hierarquia administrativa; valorizaria o saber e a ação não só do indivíduo singular, mas a rede de saberes mobilizados para o enfrentamento de eventos mais complexos; compreenderia o trabalho como uma série de eventos, de situações singulares que se entrecrocavam, relacionando-se uns com os outros, num regime de modificação (e não de repetição) da maneira de produzir; modificaria a maneira de examinar as aprendizagens profissionais e de avaliar a experiência

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

de um trabalhador pelo fato de essas se ordenarem em torno do enfrentamento de eventos; trataria de analisar os eventos, critica e sistematicamente, quando possível, antecipando-os preventivamente (Ramos, 2001: 177-178).

Para que o trabalhador possa agir dessa maneira, é preciso que ele disponha de um modelo mental sobre seu processo de trabalho e de possíveis aprimoramentos a serem feitos. Isto depende de uma formação teórica sobre o processo de trabalho, de um bom conhecimento espacial dos ambientes em que ele se realiza e dos objetivos da produção. Essa necessidade é incompatível com a divisão do trabalho intelectual e manual e com as relações de produção que alienam o trabalhador do produto de seu trabalho. Como a superação dessa divisão não é de interesse do capital, podemos concluir que as tendências de flexibilização do trabalho e de valorização do trabalho real, mais do que o prescrito, são evitadas de contradições que podem ser enfrentadas pelos trabalhadores ou pelo capital, respectivamente, na perspectiva da emancipação ou da intensificação da exploração.

O capital não tem um interesse ingênuo na valorização da autonomia e no reconhecimento dos saberes tácitos dos trabalhadores. Ao contrário, o que se pretende é um permanente processo de apropriação seus saberes como forma de garantir as constantes melhorias que precisam ser inseridas na produção de bens e serviços para intensificar a extração de mais-valia. Este é um tema, portanto, que se coloca no terreno das disputas entre capital e trabalho, o que justifica a pertinência de prosseguirmos, nos espaços de realização do trabalho e de organização política, com a reflexão sobre seus limites e potencialidades.

O Resgate da Dimensão Ontológica do Trabalho em Saúde

Por serem social e historicamente determinadas e construídas, as necessidades de saúde de uma população são atendidas por políticas que expressam os princípios, os valores e as normas de sociabilidade próprios de determinadas fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Portanto, as ações voltadas para o atendimento dessas necessidades se realizam conforme a organização dos serviços de saúde, configuradas politicamente segundo os modelos de Estado.

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

Em contrapartida, as necessidades sociais são historicamente produzidas pelas relações que os homens desenvolvem para produzir sua existência material e espiritual. Visto pelo prisma ontológico, a atenção em saúde poderia ser compreendida como a ação humana destinada ao cuidado do/com o outro. Se, por esse sentido, o trabalho não é uma mercadoria, mas a mediação primeira na produção da existência humana, o trabalho em saúde seria o meio pelo qual a existência é produzida e mantida como bem-estar físico, mental e social.

A transformação do trabalho em mercadoria sob o modo de produção capitalista, entretanto, também reconfigura o trabalho em saúde como produtor de um bem-estar definido pelos padrões de produção. À medida que o ser humano se 'coisifica', sendo obrigado a transformar sua força de trabalho em fator de produção, é reduzido em sua humanidade. Nessas condições, o trabalho em saúde se reduz à produção e à manutenção de vidas objetivadas e reduzidas também a fatores de produção.

A integralidade da atenção à saúde, uma das diretrizes básicas do SUS, que o diferencia, como diz Mattos (2001), de toda a tendência mundial na área da saúde, recoloca o sentido que tem o trabalho em saúde na 'subjetivação' da vida. Ou seja, na reconstituição da humanidade das pessoas em face das suas necessidades de saúde. Desse modo, o trabalho em saúde resgata seu sentido ontológico, pois a atenção integral em saúde se volta para as necessidades do ser humano como sujeito e não como objeto do capital.

Discutindo os sentidos que o conceito assume, Mattos (2001) demonstra que a integralidade, além de uma característica da atitude dos profissionais de saúde, pode ser compreendida como a articulação entre assistência e prevenção e, assim, da assistência com as práticas de saúde pública, envolvendo todos os profissionais e espaços de saúde. Algumas condições necessárias para isto são: a) a existência de uma certa horizontalização de modelos que eram, até então, verticais; b) envolvimento e redefinições radicais da equipe de saúde e de seus processos de trabalho. Nesse caso, a integralidade passa a ser uma marca no modo de organização do processo de trabalho. Por trás desses sentidos deve estar o princípio do direito universal ao atendimento das necessidades de saúde.

Precisamos perguntar, porém, se em uma sociedade cindida em classes podem determinadas pessoas receber a atenção integral em saúde como direito à vida, e para outras prevalecer a finalidade restrita de sua reprodução com

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O TRABALHO

força de trabalho. A integralidade da atenção depende, portanto, da igualdade, da equidade e da universalidade no acesso aos serviços de saúde. Como afirma Cecilio (2001: 113), “não há integralidade e equidade possíveis sem a universalidade do acesso garantida”. Disto decorre um pressuposto condicionante da integralidade, qual seja: o caráter público dos serviços de saúde e, portanto, um modelo de Estado comprometido com políticas sociais públicas e universais.

O caráter contraditório do trabalho em saúde nos leva à discussão da integralidade como atributo das práticas dos profissionais de saúde e das organizações dos serviços (Mattos, 2001). Isto nos remete a outra contradição própria do modo de produção capitalista, que é a divisão técnica, conforme vimos, entre trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho simples e complexo. Tal divisão distingue dirigentes e dirigidos e se objetiva na distribuição de tarefas e responsabilidades aos membros de um grupo de trabalho, de acordo com a natureza e o grau exigido de qualificação. À qualificação correspondem critérios de classificação de cargos, salários, funções e atribuições. Diante disto, perguntamos finalmente: como é possível superar as características dos processos de trabalho em saúde que reproduzem essas separações e resgatar o sentido ontológico do trabalho em saúde?

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. *Referencial Curricular para o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- CECILIO, L. C. O. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, R. & MATTOS, R. (Orgs.) *Os Sentidos da Integralidade na Atenção e no Cuidado à Saúde*. Rio de Janeiro: IMS, Uerj, 2001.
- FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. & RAMOS, M. (Orgs.) *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.
- LIEDKE, E. R. Trabalho (verbete). In: CATTANI, A. D. (Org.) *Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, 4: 1-18, 1978.
- MARX, K. *O Capital. Resultados do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Editora Moraes, 1969. (Capítulo VI, inédito)

O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO EM SAÚDE

MARX, K. *O Capital: o processo de produção do capital* [1890]. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro I, v.1.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos* [1844]. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MATTOS, R. A. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In.: PINHEIRO, R. & MATTOS, R. (Orgs.) *Os Sentidos da Integralidade na Atenção e no Cuidado à Saúde*. Rio de Janeiro: IMS, Uerj, 2001.

RAMOS, M. N. *A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.